

ATRIA S/A – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
CNPJ - MF nº. 05.956.581/0001-53 - Araucária - Paraná

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas
Submetemos à apreciação de V. Sas. as demonstrações financeiras da Atria S/A - Crédito, Financiamento e Investimento relativas ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2018, apurados com base na regulamentação vigente. A Atria manteve suas linhas de crédito direcionadas às empresas do ramo da construção civil, especificamente às de construção e pavimentação de estradas e rodovias.

tos e trinta e oito mil reais), um volume 78,52% superior ao do ano passado, proporcionados principalmente pelo recebimento de operações da carteira de créditos, e operações inadimplentes. O índice de Basileia também mostrou-se satisfatório encerrando o ano em 91,20% em relação ao nível de patrimônio de referência exigido.

de Risco Operacional está em total aderência à Resolução nº 3.380 do Conselho Monetário Nacional. O Gerenciamento do Risco de Mercado é efetuado conforme as disposições da Resolução nº 3.464 do Conselho Monetário Nacional. Nossa estrutura contempla premissas fundamentais ao controle e adequação das exposições, através da revisão e aprovação de políticas e estratégias específicas para o gerenciamento do risco de mercado de maneira consistente.

Central do Brasil. O Gerenciamento do Risco de Capital é efetuado conforme as disposições da Resolução nº 3.988 do Conselho Monetário Nacional. A Instituição conta com estrutura organizacional voltada para o gerenciamento de riscos e de capital, conforme o organograma da instituição.

BALANÇO PATRIMONIAL DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE - (Em milhares de reais)

Table with columns: ATIVO, PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO, DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE, DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE. Includes sub-sections for Circulante, Não Circulante, and Fluxo de Caixa.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional - A Atria S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ("Instituição"), com sede no município de Araucária - PR, tem como atividade a prática de todas as operações permitidas nas disposições legais e regulamentares próprias das Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento. Seu funcionamento foi autorizado pelo Banco Central do Brasil, conforme despacho publicado no Diário Oficial da União, em 9 de outubro de 2003.

4 Caixa e equivalentes de caixa
Disponibilidades 2018 2017
Aplicações interfinanceiras de liquidez 35.538 19.907
TOTAL DO ATIVO 61.030 52.671

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO SEMESTRE E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Table with columns: EVENTOS, Capital Social, Integralizado, (-) A Reduzir, (Prejuízos), TOTAL. Details changes in equity for the period.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

7 Outros valores e bens

Table with columns: Descrição, 2018, 2017. Shows Imóveis recebidos em dação e circulante.

Em 2018 foi efetuada a venda do imóvel em Santa Maria/ RS no valor de R\$ 112, recebido do cliente Cotrel Terraplanagem e Pavimentação Ltda. CNPJ nº. 02.240.0001-69. Em 2017, já havia sido efetuada a venda do imóvel em Campinas/SP no valor de R\$ 233, recebido do cliente Unisser Ltda.

8 Outras obrigações (a) Fiscais e previdenciárias
Descrição 2018 2017
Impostos e contribuições sobre o lucro a pagar (i) 153 82

(i) Em 29 de setembro de 2017, a Instituição aderiu ao PERT - Programa Especial de Regularização Tributária para regularização de contingência tributária referente a Imposto de Renda e Contribuição Social de anos anteriores.

(b) Diversas
Descrição 2018 2017
Provisão para pagamentos a efetuar 27 21

(i) Os recursos vinculados as operações de crédito foram realizadas nos termos da Resolução CMN nº 2.921/02, tendo os vencimentos até 28 de março de 2023. O montante de R\$ 596 está remunerados a 101% do CDI, sendo que R\$ 6.298 não está sendo remunerado devido a operação ativa vinculada representar atraso superior a 60 dias e não gerar rendas.

9 Contingências - (a) Processo com probabilidade de perda possíveis - Em consonância a Pronunciamento Técnico CPC 25 - "Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes", a Atria S.A. é parte em processos judiciais civis de natureza ativa decorrentes do curso normal de suas atividades que tem por objetivo recuperação de créditos vencidos, não possuindo ações judiciais de caráter passivo que necessite constituição de provisões para contingência, todavia apresenta ações classificadas com risco possível de perda pelos assessores jurídicos, abaixo divulgadas:

Table with columns: Descrição, 2018, 2017. Shows Cível Tributária (i) with values 1.305 and 1.322.

(j) A Instituição foi autuada pela Receita Federal do Brasil em processo administrativo de natureza tributária em junho de 2012. A referida autuação foi objeto de impugnação junto à Receita Federal do Brasil em julho de 2012 e foi julgada improcedente. Em julho de 2013, foi protocolado Recurso Voluntário, determinando o cancelamento da exigência fiscal e arquivamento do processo administrativo instaurado.

Trabalhista 2018 2017
50 532

10 Patrimônio Líquido (a) Capital social - Em 31 de dezembro de 2018 o capital social é de R\$ 103.000.000 (Cento e três milhões de reais), formado por 142.000.000 de ações ordinárias sem valor nominal. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de julho de 2018, foi deliberada a dissolução parcial da instituição pela liquidação e cancelamento de 17.900.000 ações do capital social pertencentes a um dos acionistas, num total de R\$ 12.983.802,81 (Doze milhões, novecentos e oitenta

e três mil, oitocentos e dois reais e oitenta e um centavos). Tendo em vista que a instituição apresenta prejuízos acumulados, os acionistas em comum acordo aprovaram a compensação parcial de R\$ 7.502.765,67 (Sete milhões, quinhentos e dois mil, setecentos e sessenta e cinco reais e sessenta e sete centavos) no prejuízo acumulado existente, ficando R\$ 5.481.037,14 (Cinco milhões, quatrocentos e oitenta e um mil, trinta e sete reais e quatorze centavos) de haveres líquidos a serem pagos ao acionista a partir de 31/07/2023. Esse processo ainda encontra-se em fase de instrução junto ao Banco Central do Brasil, em conformidade com a Circular 2.750 de 09 de abril de 1997. **(b) Dividendos mínimos obrigatórios** - É garantido aos acionistas no mínimo 25% a títulos de dividendos ou juros sobre o capital próprio calculados sobre o lucro líquido ajustado. Neste exercício não foram propostos dividendos aos acionistas em razão do prejuízo acumulado dos exercícios anteriores. **(c) Lucro por ação** - No exercício de 2018 a instituição apresentou resultado positivo de R\$ 18.337 equivalente a R\$ 0,148 por ação, em 2017 o resultado foi de R\$ 0,045 por ação.

11 Outras despesas administrativas

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2018	2017
Processamento de dados	180	356
Sistema Financeiro	56	82
Serviços técnicos especializados	216	428
Despesa com alugueis	14	28
Despesa com comunicações	3	16
Despesa com condomínio	3	16
Despesa com serviço de terceiros	8	22
Despesa com transportes	1	2
Despesa com viagem pessoal administrativo	-	1
Despesa com contribuição sindical patronal	-	6
Despesa com condomínio	-	1
Juros sobre tributos em atraso (i)	-	2.917
Multas sobre tributos em atraso (i)	-	2.496
Emolumentos judiciais e cartorários	284	123
	764	6.482

(i) Em 29 de setembro de 2017, a Instituição aderiu ao PERT – Programa Especial de Regularização Tributária para regularização da contingência tributária conforme descrito na Nota 8 a. Os valores de juros e multa sobre tributos em atraso referem-se à atualização dos valores exigidos na autuação.

12 Outras receitas operacionais

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2018	2017
Recuperação de crédito baixado como prejuízo	986	6.982
Reversão de provisões para contingências	482	1
Ressarcimento de despesas	20	1
	1.488	6.983

13 Outras despesas operacionais

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2018	2017
Despesa com captações vinculadas	86	847
Despesa com desconto em operação	498	498
Prejuízo na venda de imóveis não de uso próprio	2	-
	586	847

14 Partes relacionadas (a) Obrigações com partes relacionadas decorrentes de captações de recursos

Natureza	Grau de relação		
		2018	2017
Captação vinculada (i)	Ligada	6.894	8.157
		6.894	8.157

(i) Operações realizadas com empresa ligada nos termos da Resolução CMN nº 2.921, tendo os vencimentos até junho de 2020. O Montante de R\$ 596 está remunerados a 101% do CDI, sendo que R\$ 6.298 não está sendo remunerado devido a operação ativa vinculada representar atraso superior a 60 dias e não gerar rendas. **(b) Dispendios com partes relacionadas decorrentes de serviços prestados**

Natureza	Grau de relação		
		2018	2017
Prestação de serviços administrativos	Ligada	252	233
		252	233

Prestação de serviço administrativo nos termos da Resolução nº 3.954 de 24 de fevereiro de 2011, do CMN, por prazo indeterminado. **(c) Remuneração do pessoal-chave da administração**

Benefícios de curto prazo a administradores		
	2018	2017
Honorários	52	46
	52	46

Anualmente em Assembleia Geral Ordinária é estabelecida a remuneração dos administradores, que é distribuída em reunião do Conselho de Administração, aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social.

15 Patrimônio líquido exigido (acordo de Basileia) Conforme disposto nas Resoluções nº 2.099/94 e 4.193/13, é exigido das Instituições a manutenção de Patrimônio de Referência mínimo para fazer frente às parcelas de exposição de risco das suas operações, apuradas através da aplicação de fatores de ponderação de risco (RWA - Risk-Weighted Assets) que variam de 0% a 1250%. A Atria S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento, mantém Patrimônio de Referência Exigido compatível com o grau de risco das suas operações, estando perfeitamente enquadrada nos limites operacionais exigidos pelo Sistema Financeiro Nacional. **(a) Limites de imobilização**

Situação		
	2018	2017
Margem	24.155	17.727
Patrimônio de Referência para limite de imobilização	48.310	35.454

(b) Compatibilidade do PR com o grau de risco dos ativos, passivos e compensação

Descrição		
	2018	2017
RWA (Risk-Weighted Assets) – Ativos ponderados pelo risco	52.971	50.753
RWA CPAD – Risco de crédito	32.589	36.718
RWA MPAD – Risco de mercado	995	2
RWA OPAD – Risco operacional	19.387	14.033
Fator para requerimento mínimo de PR (%)	8,625	9,250
Patrimônio de referência mínimo exigido para o RWA	4.569	35.454
Patrimônio de referência	48.310	35.454
Margem do patrimônio de referência	43.741	30.759
RBan – Carteira Banking	373	1.128
Índice de Basileia (%)	91,20	69,86

(*) Para o cálculo da parcela RWA OPAD - Risco Operacional, a Instituição utiliza a metodologia Abordagem do Indicador Básico (AIB).

16 Imposto de renda e contribuição social - (a) Conciliação da despesa do Imposto de Renda e da Contribuição Social

	2018	2017
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	18.337	13.890
Alíquota nominal	45%	45%
Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social pela alíquota nominal	(8.252)	(6.250)
Adições e exclusões temporárias, líquidas	-	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	3.084	748
Perdas no recebimento de créditos	(17.070)	(16.068)
Base de cálculo de Renda e Contribuição Social	(13.995)	(15.320)

A Instituição não reconheceu tributos diferidos ativos decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, que em 31 de dezembro de 2018 totalizavam R\$ 69.760 em virtude da ausência de perspectiva de lucros tributáveis futuros que suportem o registro de tais valores. Em 2017 a Instituição provisionou para recolhimento, Imposto de Renda e Contribuição Social de anos anteriores provenientes do auto de infração 10980.724819/2012-75, conforme apresentado na Nota 8 (a).

17 Outras informações - (a) Gerenciamento de riscos - A administração da Instituição considera o gerenciamento de riscos essencial para a maximização eficiente do uso do capital e identificação de oportunidade de negócios, mantendo estruturas de gerenciamento das várias classes de risco voltadas a manter a Instituição dentro de níveis aceitáveis de exposição face ao retorno dos negócios, minimizando assim a possibilidade de perdas relevantes. As estruturas de gerenciamento de riscos estão aptas a identificar, avaliar, mensurar e mitigar as várias classes de riscos, sendo compostas pela diretoria, área de negócios, área de crédito, contabilidade, compliance e tecnologia da informação. As decisões referentes a cada classe de risco são tomadas em comitês, descentralizando assim avaliações e decisões individuais. Os comitês são compostos obrigatoriamente por um diretor e por um ou mais integrantes de cada área envolvida. **(i) Risco de crédito** - Refere-se à possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação. **(ii) Risco de liquidez** - Refere-se ao risco de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, ou não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado, ou em razão de alguma descontinuidade do mercado. **(iii) Risco de mercado** - Refere-se à possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. **(iv) Risco operacional** - Refere-se à possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Inclui também o risco legal associado a inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Instituição, bem como sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenização por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Instituição. A diretoria reavalia anualmente ou sempre que necessário as políticas e estruturas de gerenciamento de riscos, buscando dessa forma a constante atualização e aderência dos processos junto aos colaboradores no gerenciamento de riscos. **(b) Ouvidoria** - Instituída nos moldes da Resolução CMN nº 3.849/10 e atualizada pela Resolução CMN nº 4.433/15 a Ouvidoria é um sistema exclusivo de relacionamento com os clientes, destinado a receber e responder a todos os contatos advindos da relação contratual mantida com os mesmos, buscando a prevenção e solução de conflitos e a excelência no atendimento.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Administradoras e Acionistas da ATRIA S.A. – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO. Araucária - PR

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Atria S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento. (Instituição), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Atria S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento, em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acre-

ditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos:** Demonstrações Financeiras comparativas de 31 de dezembro de 2017 e 2018, apresentadas comparativamente, foram auditadas por outros auditores independentes, no qual emitiram o Relatório do Auditor sem modificação em 16 de março de 2018. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto,

estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas

pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Curitiba (PR), 22 de fevereiro de 2019.

ALFREDO HIRATA - Contador CRC (SC) nº 018.835/O-7-T-SP

MARTINELLI AUDITORES
CRC (SC) nº 001.132/O-9

Martinelli
AUDITORES

26008/2019

A história do Paraná passa por aqui.

www.imprensaoficial.pr.gov.br



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

